



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Curso: Licenciatura em História

Cadeira: Trabalho do Fim de Curso

IV Ano, 2º Semestre

Turno: Laboral

Tema: A penetração Colonial no Planalto de Mueda, 1917-1950

Discente:

Latifo Saide Bacar

Docentes:

Dr. Paulo Lopes, PhD

José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Novembro de 2023

TÍTULO DO TRABALHO: A penetração Colonial no Planalto de Mueda, 1917-1950

Monografia apresentada em cumprimento dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em **História**.

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

DISCIPLINA: TRABALHO DE FIM DO CURSO

DOCENTES

(Doutor Paulo Lopes José)

(Mestre José Cláudio Mandlate)

Maputo, Novembro de 2023

ÍNDICE

I. Declaração de Honra	i
II. Dedicatória.....	ii
III. Agradecimentos	iii
IV. Siglas	iv
V. Resumo	v
VI. Argumento	vi
VII. Estrutura do Trabalho	vii
CAPITULO I: INTRODUÇÃO	9
Objectivo Geral.....	10
Específicos	10
Justificativa temporal/ou do estudo	10
Balizas Cronológicas	11
Metodologia	12
Problemática	13
Pergunta de Partida	14
TEMAS QUE ORIENTARAM A REVISÃO DA LITERATURA.....	15
Revisão da Literatura	15
Dificuldades de pesquisa.....	18
Base Conceitual	19
Penetração Colonial	19

Localização geográfica do planalto de Mueda.....	19
CAPITULO II: FACTORES DA PENETRAÇÃO COLONIAL NO PLANALTO DE MUEDA, ENTRE 1917 A 1950.....	21
2. Contextualização.....	21
2.1. Factores Económicos	22
2.2. Factores Políticos.....	23
2.3. Nomes de locais e entidades marcantes	24
2.4. O sistema económico em Mueda antes e depois.....	25
CAPITULO III: ESTRATÉGIAS E POLITICAS COLONIAIS UTILIZADAS PELOS PORTUGUESES NA PENETRAÇÃO DO PLANALTO DE MUEDA	27
2.5. Breve historial.....	27
2.6. Estratégias económica.....	27
2.7. Estratégia Política	29
2.8. Repressão e Controle Militar	30
2.9. Estratégias Étnicas	30
CAPITULO IV: FORMAS DE RESISTENCIA E REACOES DAS COMUNIDADES LOCAIS A PRESENCA COLONIAL NO PLANALTO DE MUEDA.....	33
2.10. Rebeliões e Conflitos Armados	33
2.11. A expedição de 1917.....	33
2.14. Resistência Pacífica	34
2.15. Protesto e petições.....	35
2.16. A resistência contra o trabalho forçado	35

2.17. Protagonistas da Resistência das Autoridades de Repressão	36
2.20. Resistência económica e cultural	37
CAPITULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
3.3. Conclusão.....	39
Referências Bibliográfica.....	40
Artigos.....	40
Dissertações	40
Livros	40
Relatórios	42

I. Declaração de Honra

Eu, **Latifo Saide Bacar**, declaro por minha honra que este trabalho é resultado das minhas pesquisas pessoais e das orientações dos docentes, feito segundo os critérios em vigor na Universidade Eduardo Mondlane. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente indicados no texto e na bibliografia. Declaro também, que este trabalho não foi apresentado de forma parcial nem na íntegra, em nenhuma instituição de ensino para obtenção de qualquer Grau Académico.

II. Dedicatória

A MINHA FAMÍLIA, Zenho Jamal (Avó); Zefa Bacar (Tia); Auage Ahamada Muarabo (Mãe) e Saide Bacar Mussa (Pai).

III. Agradecimentos

É com muita alegria e profundo apreço que endereço os meus eternos agradecimentos a todos vocês.

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida e por sempre estar cuidando de mim, mesmo não merecendo.

De seguida os alvos da minha gratidão são os docentes do departamento de História, em especial aos meus orientadores Paulo Lopes, PhD, e José Cláudio Mandlate, MA, pela orientação exhaustiva no processo da elaboração do trabalho.

Estendo os meus agradecimentos aos meus primos Lourenço Pira; Muamede Rachide Bacar; Bacar Faque; Esmael Faque e Selemane Andarusse Bacar. Também agradeço a minha tia (Zefa Bacar). Na mesma onda agradeço aos meus colegas do curso pelo auxílio e cumplicidade académica. Agradeço também aos profissionais distribuídos em diversos sectores de ensino, onde me desloquei na busca pelo material, refiro-me concretamente aos funcionários da biblioteca central da Universidade Eduardo Mondlane e funcionários do Arquivo Histórico de Moçambique e do Arquivo do património cultural.

MINHA ETERNA GRATIDÃO, A TODOS VOCÊS

IV. Siglas

TMMA- Tanganyika Mozambique Makonde Association

MAA- Mozambique African Association

SAM- Sociedade dos Africanos de Moçambique

ARPAC- Arquivo do Património Cultural

SAAVM- Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique

V. Resumo

Este ensaio tem como objectivo compreender o contexto da penetração colonial no planalto de Mueda dentro do contexto mais amplo da história colonial Portuguesa em Moçambique entre 1917 a 1950. O estudo aborda os principais aspectos desse processo, como os factores da penetração colonial no planalto de Mueda, entre 1917 e 1950; as estratégias e políticas coloniais utilizadas pelos portugueses na penetração do planalto de Mueda; as resistências e reações das comunidades locais à presença colonial. Durante esse período, os colonizadores portugueses estabeleceram sua presença no planalto de Mueda com o intuito de exercer controlo político, econômico e social sobre o território. No entanto, a exploração dos recursos naturais, como madeira e marfim, foi uma prática comum nessa região.

No entanto, a resistência dos povos Macondes, que habitavam predominantemente o planalto de Mueda, foi uma constante ao longo desse processo. Surgiram Revoltas e conflitos armados, como greves e boicotes, expedições, petições e protestos, revolta dos mopes de 1917 à 1918, sabotagens e, a Revolta de Mueda em 1960, que marcaram momentos importantes na luta pela independência de Moçambique e pela libertação dos povos africanos do domínio colonial.

Ao final do período estudado, o planalto de Mueda passou por um processo de reconstrução social e econômica após a independência de Moçambique em 1975. Esse processo visou superar os impactos negativos da colonização e valorizar a cultura e as tradições locais.

Por meio da análise histórica e documental, este ensaio busca contribuir para um melhor entendimento do processo de penetração colonial no planalto de Mueda, destacando seus principais factores a presença colonial no Planalto de Mueda.

Palavras-chave: Penetração colonial, história de Mueda

VI. Argumento

A penetração colonial no planalto de Mueda, entre 1917 e 1950, foi um processo histórico complexo que teve implicações profundas na região e nas comunidades locais. Esse período foi caracterizado pela expansão territorial e influência política dos colonizadores na região de Mueda.

Inicialmente, é crucial compreender o contexto histórico que levou à penetração colonial nessa área específica. A partir de 1917, Moçambique era uma colônia portuguesa, e a exploração econômica dos recursos naturais, como o marfim e o ouro, tornou-se uma prioridade para os colonizadores. Esse interesse econômico impulsionou a penetração colonial no planalto de Mueda, que era uma região rica em recursos naturais.

As políticas coloniais adoptadas durante esse período tiveram um impacto significativo na penetração colonial no planalto de Mueda. Assim, os colonizadores buscaram demarcar terras e impor seu controle administrativo na região, muitas vezes deslocando as comunidades locais e restringindo suas práticas culturais e sistemas tradicionais de governança. Isso resultou em conflitos e tensões entre as comunidades africanas e os colonizadores.

No entanto, as comunidades africanas no planalto de Mueda não foram passivas diante dessa penetração colonial. Houve uma resistência contínua por parte das comunidades locais, que se manifestou de várias formas. Entretanto, surgiram movimentos de resistência organizados, liderados por figuras proeminentes que buscavam preservar a autonomia local e combater a exploração colonial. Expedições, greves e boicotes, protestos e petições, sabotagens e Massacre de Mueda em 1960 constituem exemplos notáveis dessa resistência.

As consequências sociais e econômicas da penetração colonial no planalto de Mueda foram profundas. Isto é, a imposição da cultura e língua coloniais, bem como a exploração dos recursos naturais (madeira, marfim, ouro), tiveram um impacto significativo na estrutura social e nas relações de trabalho. Além disso, a economia agrícola local foi afectada, com a introdução de práticas agrícolas voltadas para a exportação e a dependência das comunidades locais em relação aos colonizadores.

De salientar que, a penetração colonial no planalto de Mueda deixou marcas duradouras na região. Após a independência de Moçambique em 1975, houve esforços para reconstruir e fortalecer as comunidades locais, bem como para preservar a memória coletiva dos eventos históricos que ocorreram durante o período da penetração colonial.

Em suma, o estudo da penetração colonial no planalto de Mueda entre 1917 e 1950 revela um processo complexo e multifacetado. Compreender esse período requer uma análise cuidadosa do contexto histórico, das estratégias e políticas coloniais, da resistência local e dos factores da presença colonial no planalto.

VII. Estrutura do Trabalho

De salientar que este ensaio em análise, irá apresentar uma estrutura lógica, que encontrara-se dividida em capítulo, onde serão apresentados os assuntos chave para a discussão. Salientar também que o mesmo conterà 5 capítulo, a saber:

Primeiro Capítulo

O primeiro capítulo, será o capítulo introdutório, onde serão apresentadas as considerações preliminares da pesquisa (Introdução); serão esclarecidos as relevâncias que estiveram por detrás da escolha do tema em análise, respectivamente com as suas balizas cronológicas; o mesmo, trará de aspectos técnicos do trabalho, como é a indicação da metodologia usada para a elaboração do mesmo; os objectivos gerais e específicos; será neste capítulo que se irá apresentar o resumo e o argumento em volta do tema; a problematização; a revisão da literatura; pergunta de partida; e apresentara-se a base conceptual do mesmo, onde serão definidos conceitos Penetração colonial, história de Mueda.

Segundo Capítulo

No segundo capítulo, serão tratados assuntos relacionados com o contexto histórico que levou a penetração colonial no planalto de Mueda, incluindo a expansão colonial em Moçambique; os factores da penetração na região; nomes de locais e entidades marcantes, o sistema económico em Mueda antes e depois.

Terceiro Capítulo

Será no terceiro capítulo, onde serão apresentados assuntos relacionados com estratégias e políticas coloniais adoptadas pelos portugueses, vislumbrando concretamente, breve historial; as estratégias políticas e económicas; infraestrutura e comunicação; repressão e controle militar; estratégias étnicas durante o período de 1917 a 1950 e como elas impactaram a penetração colonial no planalto de Mueda. Considerando a demarcação de terras, controle administrativo e imposição da cultura.

Quarto Capítulo

Será no quarto capítulo, onde serão apresentados assuntos relacionados com as formas de resistência e reações das comunidades locais, onde serão apresentados assuntos ligados, com expedições de 1917; revolta dos mopes de 1917 a 1918; greves e boicotes; protestos e petições; sabotagens; imposição do trabalho forçado; resistência económica e cultural; nomes de protagonistas da resistência das autoridades de repressão. Explorando movimentos de resistência, líderes locais e eventos significativos que moldaram a luta anticolonial na região.

Quinto Capítulo

O quinto capítulo é o último da pesquisa, em que serão apresentadas as considerações finais, também serão indicadas as fontes usadas para a elaboração deste ensaio, estando elas divididas em artigos; livros; dissertações e relatórios.

CAPITULO I: INTRODUÇÃO

No presente ensaio tem-se como tema, a penetração colonial no planalto de Mueda, entre 1917 e 1950. Pretende-se analisar os factores da presença colonial no planalto de Mueda. Durante esse período, os colonizadores portugueses buscaram expandir sua influência e controle sobre o planalto, implementando estratégias políticas, econômicas e sociais para consolidar seu domínio. No entanto, essa expansão colonial não ocorreu sem resistência e reações das comunidades locais, que enfrentaram mudanças profundas em suas dinâmicas sociais, culturais e econômicas.

A penetração colonial no planalto de Mueda foi impulsionada por uma série de factores, incluindo a busca por recursos naturais (madeira, marfim) como minerais (ouro e outros) e terras férteis para a agricultura, bem como a estratégia de controlo territorial adoptada pelos colonizadores portugueses. Essa estratégia visava estabelecer presença efectiva nas áreas consideradas estratégicas para os interesses coloniais, com o objetivo de explorar os recursos e garantir a dominação política.

No entanto, as comunidades locais resistiram à presença colonial, utilizando diversas formas de luta e resistência. Eles se organizaram em movimentos de resistência armada, como revoltas, greves/boicotes, expedições, revolta dos mopes de 1917 a 1918, petições e protestos, sabotagens e o levante de Mueda, que marcou um ponto crucial na história da luta anticolonial em Moçambique. Portanto, essas resistências revelaram a complexidade das relações entre as autoridades coloniais e as comunidades locais, marcadas por dinâmicas de poder, conflito e colaboração, entre outras formas de luta.

Além disso, a penetração colonial no planalto de Mueda teve impactos socioeconômicos profundos nas comunidades locais. Houve mudanças na estrutura fundiária, como a introdução de novos sistemas de produção e a exploração dos recursos naturais resultaram em transformações significativas nas formas tradicionais de vida e subsistência. Portanto, essas transformações tiveram consequências sociais e culturais duradouras, afectando as identidades e as relações entre diferentes grupos étnicos e sociais.

Portanto, compreender a história da penetração colonial no planalto de Mueda é essencial para uma análise abrangente do processo de colonização em Moçambique. Isso nos permite examinar

as interações complexas entre os colonizadores portugueses e as comunidades locais, bem como os factores da presença colonial no planalto.

Objectivo Geral

- Compreender o Contexto da penetração colonial no planalto de Mueda, dentro do contexto mais amplo da história colonial portuguesa em Moçambique, 1917 a 1950.

Específicos

- Explicar os factores da penetração colonial no planalto de Mueda, entre 1917 a 1950;
- Explicar as formas de resistência e reações das comunidades locais à presença colonial;
- Investigar as estratégias e políticas coloniais utilizadas pelos portugueses na penetração do planalto de Mueda.

Justificativa temporal/ou do estudo

A penetração colonial no planalto de Mueda entre 1917 e 1950 é um tema histórico importante e relevante para a compreensão da história de Moçambique e das dinâmicas políticas e sociais actuais na região. Este ensaio tem como objectivo aprofundar a compreensão desse período histórico, analisando os factores da presença colonial no planalto; as formas de resistência das comunidades locais e as estratégias e políticas coloniais utilizadas pelos portugueses na penetração do planalto de Mueda.

A justificativa para este ensaio é baseada na importância de se compreender o passado para entender o presente. A história da penetração colonial no planalto de Mueda é fundamental para entender os factores da presença colonial na região. Além disso, este ensaio pode fornecer informações importantes para a preservação da memória coletiva da região. A história da penetração colonial no planalto de Mueda é uma parte importante da história de Moçambique, mas muitas vezes é negligenciada ou esquecida. Ao documentar essa história, este ensaio pode contribuir para a preservação da memória coletiva das comunidades locais e ajudar a garantir que essa história não seja esquecida ou apagada.

Por fim, este ensaio também pode contribuir para o debate académico sobre o colonialismo em Moçambique e suas implicações históricas e contemporâneas. Ao analisar as estratégias e

políticas coloniais adoptadas pelos colonizadores, as formas de resistência das comunidades locais e os factores da presença colonial no planalto, esta pesquisa pode fornecer informações importantes para o desenvolvimento de novas perspectivas críticas sobre o colonialismo em Moçambique.

Balizas Cronológicas

A escolha do período de 1917 a 1950 para a análise da penetração colonial no planalto de Mueda acho legítimo, sim, por diversos factores:

- ❖ Em primeiro lugar, esse intervalo de tempo corresponde ao início da presença portuguesa na região, com a criação do Posto Administrativo de Mueda em 1917, até o período anterior, houve um aumento significativo da exploração económica e da implantação de infraestrutura colonial no território maconde em 1950;
- ❖ Além disso, o período de 1917 a 1950 também testemunhou resistência e movimentos de contestação por parte das comunidades locais (Mpanga, Namau, Negomano, etc), contra a colonização. O caso emblemático é de greves e boicotes, expedições, sabotagens e o massacre de Mueda entre outras lutas;
- ❖ O período de 1917 a 1950 abrangeu o auge da colonização portuguesa em Moçambique e os impactos da exploração colonial na região de Mueda. Durante esse período, os colonizadores portugueses estabeleceram presença na região visando o controlo político, económico e social do território. A exploração dos recursos naturais, como madeira e marfim, e a imposição do trabalho forçado aos povos locais foram práticas comuns na região;
- ❖ Esse período também é marcado pelo crescimento de revoltas violentas nas áreas rurais, onde a exploração e o trabalho forçado eram bastante evidentes;
- ❖ Por fim, é importante destacar que o período escolhido também corresponde à transição entre a colonização portuguesa e a independência de Moçambique.

É importante destacar que a resistência dos povos Maconde à dominação colonial culminou em diversas revoltas e conflitos armados, como a expedição de 1917, protestos e petições, greves e boicotes e outras formas de luta.

Metodologia

Este ensaio foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica e documental. A pesquisa inclui fontes primárias, como relatórios coloniais, documentos oficiais e bem como em fontes secundárias, como livros acadêmicos, artigos e publicações especializadas.

A revisão bibliográfica foi conduzida em bibliotecas e bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico e outras fontes online relevantes. A pesquisa incluiu palavras-chave relacionadas ao tema, como Penetração colonial e história de Mueda. Além disso, foram consultados documentos oficiais do governo português e outros arquivos históricos relevantes, com Arquivo Histórico de Moçambique, ARPAC.

Dos assuntos consultados destacamos as seguintes obras com as suas respectivas temáticas: ADAM (1989) cuja obra aborda a Revolta de Mueda em 1960, que marcou um importante momento na luta pela independência de Moçambique e pela libertação dos povos africanos do domínio colonial; Adam (1993) que versa sobre a história de Moçambique desde a época pré-colonial até a independência em 1975. Aborda também o processo de penetração colonial no país; temos também o trabalho de Francisco (2021) examina as várias formas de resistência adotadas pelas comunidades africanas contra a colonização, oferecendo insights sobre o contexto histórico da penetração colonial no planalto de Mueda; Newitt (1983) traz uma visão abrangente da história de Moçambique, incluindo o período da colonização e a penetração colonial no planalto de Mueda e temos a obra de Cahen (2009) explora as dinâmicas políticas e sociais que culminaram na luta pela independência em Moçambique, incluindo eventos relacionados à penetração colonial no planalto de Mueda.

Os dados coletados foram organizados e analisados por meio de uma abordagem qualitativa. Foram identificados temas recorrentes nos dados coletados e foram feitas análises comparativas para compreender o contexto e as implicações históricas da penetração colonial no planalto de Mueda.

De salientar que, o método qualitativo, procura aprofundar-se na compreensão dos fenómenos que estuda, acções do indivíduo, grupos ou organizações em seus ambientais, e contexto social. Terence alega que a pesquisa qualitativa utilizada para interpretar fenómenos, ocorre por meio da interação constante entre a observação e a formulação conceitual, entre a pesquisa empírica e o desenvolvimento teórico, a mesma constitui uma alternativa apropriada nos estágios iniciais da investigação quando se busca explorar o objecto de estudo, (Terence, 2003).

Problemática

O planalto de Mueda é um distrito pertencente à Província de Cabo Delgado, que tem como sede a vila homônima de Mueda. Localizado no extremo Norte de Moçambique, o distrito faz fronteira nesta direcção com as terras da actual Tanzânia através do rio Rovuma, a Sul tem limites com os distritos de Montepuez e Meluco, a oeste com a Província do Niassa e a leste com os distritos de Muidumbe, Mocímboa da Praia e Nangade (YUSSUF, 1993).

Como explica Yussuf Adam, a partir de 1917, Moçambique era uma colônia portuguesa, e a exploração econômica dos recursos naturais, como o marfim e o ouro, tornou-se uma prioridade para os colonizadores. Durante esse período, os colonizadores portugueses buscaram expandir sua influência e controle sobre o planalto, implementando estratégias políticas, econômicas e sociais para consolidar seu domínio.

Importa salientar que a penetração Colonial no planalto de Mueda entre 1917 a 1950 foi consequência da campanha contra os alemães pelo alferes Pires e Nogueira que construíram uma estrada de mais de 300 km ligando Mocímboa do Rovuma a Porto Amélia (Pemba) dividindo a meio toda a região dos Macondes.

Segundo Medeiros (1997), na sequência da ocupação colonial do planalto de Mueda, os portugueses estabeleceram o seguinte sistema para governar o território conquistado, isto é, foi colocado um administrador português em Mueda que, por sua vez, montou o sistema de capitães-mor e cabos de terra. O capitães-mor e cabos de terra foram escolhidos para dinamizar o trabalho da administração colonial, como abertura de estradas, colecta de impostos, angariação de transportadores. Os régulos escolhidos para esses lugares eram os que anteriormente haviam dirigidos famílias da zona. Cada povoação tinha o seu próprio chefe, mas quando surgia um

problema todos eram chamados, portanto, cada régulo passou a controlar uma área que foi subdividida em sessões, com as aldeias na base do sistema. Mas a companhia foi mais longe; reorganizou este sistema segundo um princípio de hierarquização, agrupando várias aldeias cujos chefes se tornaram submetidos a um chefe de grupo de povoações chamado capitão-mor. Por seu turno um certo número de capitães-mor era dirigido pelo régulo, porém, o régulo escolhia ou confirmava os capitães-mor (MEDEIROS, 1997).

Importa também ressaltar que, para além das estratégias acima citadas, os portugueses usaram outras estratégias, como estratégias étnicas, onde utilizaram as medidas de contra guerrilha pelo exército passando por deslocar a população dispersa pelo mato e integrá-los em aldeias de mais fácil controlo, depois passando a ocupar militarmente zonas das antigas missões ou comércio.

Assim, os aldeamentos preferidos foram organizados em torno dos mais importantes postos administrativos de Mueda, Mocímboa do Rovuma (N'Gapa), Nangade e Nangololo. Outra medida contra guerrilha foi a de intensificarem a sua actividade militar e social contra a etnia Maconde, (JÚNIOR, 2006).

No entanto, as comunidades africanas no Planalto de Mueda não foram passivas diante dessa penetração colonial. Houve uma resistência contínua por parte das comunidades locais, que se manifestou de varias formas, isto é, surgiram movimentos de resistência organizados, liderados por figuras proeminentes que buscavam preservar a autonomia local e combater a exploração colonial. O levante de Mueda em 1960 é um exemplo notável desse movimento de resistência, na qual as comunidades locais se uniram para reivindicar sua liberdade e direitos.

Após a grande resistência da população no território, só na década de 1920 veio concretizar-se completamente a colonização no planalto. *Contudo, quais foram os factores da presença colonial no planalto de Mueda, entre 1917 a 1950?*

Pergunta de Partida

Considerando o tema proposto, coloca-se a seguinte pergunta de partida: *Quais foram os factores da penetração colonial no planalto de Mueda, entre 1917 a 1950?*

TEMAS QUE ORIENTARAM A REVISÃO DA LITERATURA:

1. Os factores da presença colonial no planalto
2. As estratégias ou políticas utilizadas pelos portugueses na penetração do planalto
3. As formas de resistências usadas pelos portugueses, tanto como a comunidade local
4. As consequências económicas e sociais da penetração colonial no planalto

Revisão da Literatura

A colonização portuguesa na região do planalto de Mueda foi motivada por uma série de factores, incluindo a busca por recursos naturais, como minerais e terras férteis para a agricultura, a imposição do trabalho forçado (CHIPANDE, 2018).

Segundo Dias entre 1917 a 1950, os colonizadores portugueses implementaram estratégias políticas, económicas e sociais para consolidar seu domínio sobre o planalto de Mueda. Essas estratégias incluíram a introdução de novas formas de produção agrícola e a exploração dos recursos naturais da região. No entanto, a penetração colonial no planalto de Mueda não ocorreu sem resistência das comunidades locais (DIAS, 1964)

As comunidades locais resistiram à presença colonial através de diversas formas de luta e resistência. Eles se organizaram em movimentos de resistência armada, como o levante de Mueda em 1950, que marcou um ponto crucial na história da luta anticolonial em Moçambique. Essas resistências revelaram a complexidade das relações entre as autoridades coloniais e as comunidades locais, marcadas por dinâmicas de poder, conflito e colaboração.

CAHEN (2009), o levante de Mueda em 1960, quatro anos antes da eclosão da Guerra de Libertação em território moçambicano, um acto pacífico de resistência protonacionalista maconde foi brutalmente reprimido pelas autoridades coloniais. No entanto, o Massacre de Mueda transforma-se num dos acontecimentos fundadores da história da jovem nação. Sendo este um dos marcos importantíssimos da resistência contra o colonialismo português em Moçambique e, acredita-se que foi o Massacre de Mueda que deu força aos nacionalistas moçambicanos que já tinham noção sobre o processo da descolonização, para melhor se

organizarem para enfrentar o colonialismo português. O objectivo era expulsar os portugueses, uma reacção para reestabelecer a situação anterior e protestavam os seus direitos e a libertação do seu território. Certos focos regionais de agitação política contra o poder colonial nas zonas rurais, particularmente no Norte de Moçambique, também foram esmagados como testemunha Buendía em Mueda (Cabo Delgado), em 1960, as forças policiais coloniais massacraram camponeses que se manifestavam em frente da administração colonial, exigindo pacificamente a independência (CAHEN, 2009).

O autor ainda sublinha que o massacre de Mueda foi para estes nacionalistas o indicador de que a obtenção da independência de Moçambique não decorreria nos mesmos moldes que as independências de outras colónias africanas, onde o poder colonial, para salvaguardar os seus interesses estratégicos concedeu a independência às primeiras manifestações nacionalistas.

A penetração colonial no planalto de Mueda teve impactos socioeconómicos profundos nas comunidades locais. Mudanças na estrutura fundiária, a introdução de novos sistemas de produção e a exploração dos recursos naturais resultaram em transformações significativas nas formas tradicionais de vida e subsistência. Essas transformações tiveram consequências sociais e culturais duradouras, afectando as identidades e as relações entre diferentes grupos étnicos e sociais (ADAM, Yussuf. 1989).

As consequências sociais e económicas da penetração colonial no planalto de Mueda foram profundos. A imposição da cultura e língua coloniais, bem como a exploração dos recursos naturais. Também tiveram impacto significativo na estrutura social e nas relações de trabalho, como o caso da economia agrícola local foi afectada, com a introdução de práticas agrícolas voltadas para a exportação e dependência das comunidades locais e relação aos colonizadores.

ROSEIRO (2013), um aspecto importante a ser considerado na análise da penetração colonial no planalto de Mueda é a dinâmica das relações entre os colonizadores portugueses e as comunidades locais. No entanto, essas relações foram marcadas por desigualdades de poder e dominação, mas também por resistência e negociação. As comunidades locais muitas vezes tiveram que adaptar-se às novas condições impostas pela colonização, mas também encontraram maneiras de preservar suas tradições e resistir às imposições coloniais (ROSEIRO. 2013)

Segundo Cíntia, a preocupação prioritária do Governo Colonial era como ocupar efectivamente o planalto, uma região quente na fronteira com um país, o Tanganhica, onde se desenvolvia o processo de descolonização. Assim sendo, nestes anos, foram elaborados vários planos por diferentes sectores do Aparelho de Estado para defender os interesses do colonial-capitalismo. Sendo assim, havia planos para reestruturar as concessões de sagal, e a produção de algodão; para deslocar as populações para as terras baixas, onde não haveria o problema de falta de água. A própria ocupação do território só se concretizou completamente na década de 1920 com a ocupação do planalto de Mueda, após grande resistência da população e governanças locais (OLIVEIRA, 2019)

História de Moçambique volume II, aborda sobre agressão imperialista, onde os autores explicam as razões da ocupação colonial no planalto, argumentando que a passagem do capitalismo de concorrência ao capitalismo de monopólio levou Portugal a uma acesa luta política e militar pela posse de colónia, pois o planalto representava fontes de matérias-primas e maior campo de investimento.

HENRIQUE (2013), mostra que, não foram os portugueses que destruíram a organização tribal, os próprios Maconde, salientam que, ela nunca existiu, tanto mais que só a partir de 1920 se concretizou a colonização do planalto, portanto, sem tempo para a destruição de uma organização ancestral, dado que não se extingue o que não existiu. A imposição da cultura e língua coloniais, bem como a exploração dos recursos naturais, tiveram um impacto significativo na estrutura social e as relações de trabalho. A economia agrícola local foi afectada, com a introdução de práticas agrícolas voltadas para a exploração e a independência das comunidades locais em relação aos colonizadores, constituem consequências da penetração colonial no território maconde.

A resistência histórica da população maconde se reflete não só na sua organização nas terras altas e nas enfrentamentos com as tropas portuguesas, mas também na experiência de deslocamento do Sul para a norte do Rovuma, especialmente na década de 1950, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. O fluxo da população maconde para a norte, portanto, dialoga com as estratégias adotadas pelos macondes de Moçambique com o propósito de escapar da opressão de governo colonial português, como o trabalho forçado, o pagamento de altos

impostos e as perseguições. Assim, sob o ponto de vista desse grupo, o deslocamento espacial esteve diretamente associado a criação de associação de ajuda mútua, a formação de grupos políticos, ao desenvolvimento de ideias e planos para a libertação de domínio colonial, e a produção de esculturas (ADAM, Yussuf. 1993).

Dificuldades de pesquisa

Uma limitação desta pesquisa é a disponibilidade limitada de fontes primárias sobre o tema. Alguns documentos podem ter sido perdidos ou não estarem disponíveis para consulta. Além disso, a pesquisa foi restrita a fontes em português ou em línguas locais, o que pode ter limitado a compreensão completa do tema.

Outra limitação é o fato de que a pesquisa se concentrou principalmente na perspectiva dos colonizadores. Embora tenha havido esforços para obter perspectivas das comunidades locais, pode haver outras vozes e perspectivas que não foram incluídas na pesquisa.

Apesar das limitações, esta pesquisa oferece uma compreensão mais profunda da penetração colonial no planalto de Mueda entre 1917 e 1950. A análise dos dados coletados revelou os factores da penetração colonial no planalto; as políticas coloniais adoptadas pelos colonizadores; as formas de resistência das comunidades locais e as consequências sociais e económicas dessa penetração colonial. Para além dessa dificuldade, encontramos dificuldades quanto aos assuntos técnicos do trabalho, elaboração dos objectivos, balizas cronológicas e problematização.

As metodologias traçadas para ultrapassar as dificuldades foram as seguintes:

- ❖ Fez-se uma pesquisa no Arquivo Histórico de Moçambique, onde foi possível encontrar algumas fontes primárias, como relatórios;
- ❖ Cumprir com as recomendações dadas pelos docentes para proporcionar o melhoramento do trabalho.

Base Conceptual

O tema compreende a utilização de alguns assuntos que merecem o seu detalhe, como Penetração colonial. Para a compreensão desses mesmos assuntos criou-se uma base conceptual, cujo objectivo é detalhar os mesmos.

Penetração Colonial

Refere-se a invasão do colono num determinado território, mas com um certo objectivo, seja ele de explorar, ocupar e de o fazer comércio. Por exemplo, o planalto de Mueda, chamado o planalto dos macondes, foi penetrado efectivamente pela primeira vez pelos portugueses durante a I Guerra Mundial, com a construção duma estrada militar, em 1917, que ligava Mocímboa do Rovuma (N'gapa) a Porto Amélia (Pemba). Os Maconde ressaltam que as tropas que invadiram o Planalto neste período eram comandados por Neutel de Abreu, vieram pelo lado de Diaka e pelas escarpas de Muidumbe e que depois de lutas isoladas em diferentes pontos acabaram por se considerar vencidos (MARIA et al, 1983).

O Governo colonial tomou posse de penetrar no planalto, porque este território possuía maiores recursos naturais, matérias-primas, mão-de-obra barata e campos de investimentos para o seu maior comércio dos produtos.

Por outro lado, a penetração colonial no planalto de Mueda, entre 1917 e 1960, ocorreu no contexto da colonização portuguesa em Moçambique. A região era habitada predominantemente por povos Maconde, que possuíam uma cultura própria e resistiram a dominação colonial. A presença na região teve início em 1917, quando foi criado o Posto Administrativo de Mueda. A partir daí, os colonizadores iniciaram a exploração dos recursos naturais da região, como madeira e marfim, além de impor o trabalho forçado aos povos locais.

Localização geográfica do planalto de Mueda

O planalto de Mueda está localizado próximo a Kionga, na foz do rio Rovuma, uma região disputada por Portugal e Alemanha entre o final do século XIX e a Primeira Guerra, com interesses nas suas riquezas mineiras e na sua localização estratégica para o estabelecimento de um posto alfandegário. Aproximadamente um mês após a ocupação alemã, em 1894, o Estado

português concedeu a administração do território a norte do rio Lúrio, limite das actuais províncias de Cabo Delgado e de Nampula, à companhia majestática nomeada companhia de Niassa. Essa companhia privada de capital maioritariamente britânico, por precaução, não fez investidas nos territórios maconde até pouco depois da Primeira Guerra. A implementação da companhia do Niassa e do trabalho forçado nas plantações de sisal impulsionaram o deslocamento dos macondes que comercializavam na costa para o Tanganyika e para o planalto de Mueda (MEDEIROS, 1997).

Na perspectiva de Yussuf Adam (1980), Mueda é um distrito pertencente à Província de Cabo Delgado, que tem como sede a vila homônima de Mueda. Localizado no extremo Norte de Moçambique, o distrito faz fronteira nesta direção com as terras da actual Tanzânia através do rio Rovuma, a Sul tem limites com os distritos de Montepuez e Meluco, a oeste com a Província do Niassa e a leste com os distritos de Muidumbe, Mocímboa da Praia e Nangade. O distrito de Mueda ocupa uma região de planaltos, com um clima ameno, mas marcado pela falta de água. Com relação à sua população, apesar da existência de outros grupos etnolinguísticos, como macuas e angonis, o distrito é composto por um maior número de pessoas do grupo maconde, fazendo com que muitas vezes a região seja conhecida como o Planalto ou Território Maconde.

Aspectos como a resistência da população do planalto à presença da Companhia do Niassa, a colonização tardia da região que foi efectivada somente na década de 1920 e a importância do Planalto Maconde na luta anticolonial, contribuíram para a construção de uma representação singular sobre Mueda e a sua população maconde: Mueda tornou-se símbolo de resistência, um mito dentro da História de Moçambique, e os macondes passaram a serem vistos como “guerreiros”, um povo desde sempre resistente ao colonialismo português.

CAPITULO II: FACTORES DA PENETRAÇÃO COLONIAL NO PLANALTO DE MUEDA, ENTRE 1917 A 1950

2. Contextualização

A penetração colonial no planalto de Mueda, entre 1917 e 1950, foi um processo histórico complexo que teve implicações profundas na região e nas comunidades locais (Mpanga, Lussonga, Sagal, Livangula ou Namau e Nakatuli). Esse período foi caracterizado pela expansão territorial e influência política dos colonizadores na região de Mueda. A penetração colonial no planalto de Mueda, entre 1917 e 1960, ocorreu no contexto da colonização portuguesa em Moçambique. Já foi referido nalguns trabalhos recentes que em 1924 é dado como o ano da ocupação colonial definitiva do planalto de Mueda, mas para mim a data correta é 1917, isto porque como se viu, 1917 não foi a primeira tentativa. Há indícios que a ocupação parcial já tinha começado em 1911 e que um posto de Maunda (Chomba) já tinha sido estabelecido entre 1911 e 1916 (ADAM, 1993).

No que concerne à campanha de ocupação do planalto em 1917 existem dados sistematizados, incluindo um esboço detalhado de Neutel de Abreu (Ferreira 1946, Barbosa 1970). Há também dados dispersos, registos de ordens a tropas estacionados no planalto em 1919 a 1920. Portanto, com estas fontes permitiram concluir que a campanha de ocupação decisiva no planalto de Mueda se desenrolou entre Abril e Agosto de 1917, tendo como comandante efectivo Neutel de Abreu. Em 1917 o planalto de Mueda foi a última zona de Moçambique cuja estrutura defensiva tradicional, que se tinha reestruturado, ainda não tinha sido desmantelada. Porém, existiram muitas povoações defendidos por mato, palisadas e trincheiras, conhecidas entre os portugueses em Cabo Delgado pelo termo *jengo* (ou *chengo*), termo de origem *suaíli* ou *mwani*, derivado do verbo *ku-jenga*, (construir, edificar).

Havia entre os militares portugueses o receio de que os habitantes desta região pudessem aliar-se aos alemães ao norte do Rovuma para se libertarem do sistema de requisições e pilhagens durante a ocupação, exercício do domínio colonial e durante a guerra.

Em fins de Abril de 1917 quatro grupos de 350 homens cada foram mobilizados para operar junto à estrada de Mocímboa da Praia a Chomba. Encontraram lá machambas de milho e

mandioca. Houve um combate maior em Mahunda e a seguir foram queimados cerca de 150 "chengos" com 70 palhotas em média. Esse número de palhotas aponta para uma população média de cerca de 175 pessoas por povoação. No início de Maio as tropa teriam actuado perto de Nacature (MARGOT, 1973).

A região era habitada predominantemente por povos Maconde, que possuíam uma cultura própria e resistiram a dominação colonial. A presença na região teve início em 1917, quando foi criado o Posto Administrativo de Mueda. Neste sentido, Mueda, tido como território mítico de guerreiros aguerridos e corajosos passou a estar na mira da tropa colonial portuguesa. Com efeito, estes foram os únicos invasores que ocuparam Mueda.

A partir daí, os colonizadores começaram a traçar estratégias e formas de resistências para que ocupassem o território. Entretanto, a exploração dos recursos naturais da região, como madeira e marfim, além de impor o trabalho forçado aos povos locais, etc (DIAS, 1989).

É importante destacar que a presença portuguesa no planalto de Mueda foi impulsionado por diversos factores, em seguida passarei a decifrar.

2.1. Factores Económicos

A penetração colonial no planalto de Mueda foi impulsionada por uma série de factores, incluindo a busca por recursos naturais (madeira, marfim) como minerais (ouro e outros) e terras férteis para a agricultura (plantações de café, algodão, etc), bem como a estratégia de controlo territorial adoptada pelos colonizadores portugueses. Essa estratégia visava estabelecer presença efectiva nas áreas consideradas estratégicas para os interesses coloniais, com o objetivo de explorar os recursos e garantir a dominação política. Esse interesse econômico impulsionou a penetração colonial no planalto de Mueda, que era uma região rica em recursos naturais (DIAS, 1989).

Exploração Económica: Os portugueses buscavam explorar e extrair riquezas da região para beneficiar suas economias metropolitana, refiro-me do ouro, marfim, algodão, café, copra, sisal, etc.

Mercado de Trabalho: A mão-de-obra local era frequentemente utilizada nas plantações e em outros empreendimentos económicos, muitas vezes em condições de trabalho coercitivas, como é o caso de trabalho forçado.

Recursos Naturais:

- **Riquezas Minerais:** A presença de minerais valiosos, como ouro marfim e outros recursos naturais, atraiu interesses coloniais para explorar a região.
- **Recursos Agrícolas:** A fertilidade do solo e a capacidade para a agricultura comercial, incluindo plantações de café, algodão e outras, eram atrativos económicos significativos para os colonizadores (SCHEFER, 2015).

2.2. Factores Políticos

- Estabelecimento de Controlo político: A região de Mueda foi vista como estrategicamente importante para o controle político de Portugal.

Neste caso, o planalto de Mueda constituía um espaço habitável e aquela que reunia as condições climáticas favoráveis e terras férteis. Os portugueses faziam neste território o recrutamento para a plantação de sisal, propriedade de Vieira e Baptista, em Mpanga (Mepanga), Mocímboa da Praia, que todos os anos recebia trabalhadores recrutados com intervenção das autoridades do planalto. Além disso, em 1948 a Junta de Fomento de Algodão tinha estabelecido que os agricultores do algodão deviam receber um cartão que os excluía do recrutamento obrigatório e impedia que fossem para o trabalho braçal gratuito na altura das operações agrícolas fundamentais.

Os portugueses buscavam pacificar os indígenas a todo o custo, daí assistir-se à fixação de missionários católicos, em resposta à Concordata de 1940 responsabilizando-se pela educação aliada à religião. Vivia-se em ambiente de descontentamento devido à dominação colonial e, em particular, devido ao cultivo obrigatório do algodão, que visava servir de matérias-primas às indústrias algodoeiras e têxteis da região do Porto (NDADIBAULA, 2020).

Com base nisso afirmo que a presença colonial no planalto de Mueda, aconteceu por causa do território Maconde ser rico em recursos naturais, matérias-primas, mão-de-obra barata e campos

de investimentos para o seu maior comércio dos produtos. Além disso, o imperialismo foi uma consequência natural do desenvolvimento do modo capitalista de produção. No entanto, a acumulação de capital, a procura de matérias-primas e a exportação de capitais constituíram momentos gerais articulados e fundamentais do referido desenvolvimento. Em Moçambique, entre 1917 e 1950, os capitais foram predominantemente investidos no comércio e na extração de matérias-primas.

A colonização de Moçambique (Mueda) no período imperialista foi dinamizada pela burguesia europeia, nomeadamente, de Portugal que foi considerada a classe dominante, então, o interesse ou motivação desta classe era uma exploração, mais directa do que anteriormente dos recursos moçambicanos. Foi o campesinato africano que forneceu a força de trabalho migratório e os produtos no novo processo de acumulação do capital nas plantações, transportes e comércio rural. Esse mesmo campesinato continuou a alimentar a família do trabalhador e ele próprio após o seu regresso. Foi ainda esse campesinato que forneceu, através dos impostos uma grande parte do rendimento do governo, e comprou grandes quantidades de produtos das indústrias portuguesas (DIAS, 1973)

A potência colonial portuguesa tendo em conta os escassos recursos naturais e financeiros que tinha, as suas prioridades estavam orientadas para a ocupação da parte costeira de Moçambique, sendo essa, também uma forma a garantir a defesa contra qualquer agressão ou invasão inimiga, pois, a provável inimigo só pode alcançar Moçambique por via marítima, não falava de aviões, mas sim barcos e isso levou a que ao longo da Costa fossem construídas fortificações da defesa com efectivos militares, designadas por fortalezas, equivalente ao que se designa por Castelo em Portugal, onde eram erguidas infraestruturas consideradas estratégicas na época (FRANCISCO, 2021. P. 153).

2.3. Nomes de locais e entidades marcantes

Segundo Yussuf Adam (2000), sublinha que as entidades marcantes nesses factores foram o Neutel de Abreu, Alferes Pires e Nogueira que construíram uma estrada de mais de 300km ligando Mocímboa do Rovuma a Porto Amélia (Pemba). Entretanto, dos locais escolhidos nessa

penetração colonial, foram os seguintes: Mueda, Mocímboa do Rovuma, Nangade, Nangololo, Muidumbe, Negomano, etc.

É importante salientar que, Mpanga, Lussonga, Sagal, Livangula ou Namau e Nakatuli, eram locais onde se fazia o trabalho forçado por seis meses nas plantações de sisal, algodão, cajual e copra (ADAM, 2000).

2.4. O sistema económico em Mueda antes e depois

Segundo Alexandre António (2020), a actividade económica de Mueda conheceu dois momentos distintos, nomeadamente, antes e depois da ocupação colonial portuguesa, porém ambas estavam assentes na produção agrícola. Antes da conquista do planalto em 1917, a agricultura era basicamente de subsistência, complementadas pela criação de animais de pequena espécie, para além da caça e da recolha de frutos silvestres. As características incluíam:

- **Agricultura de Subsistência:** As comunidades locais praticavam agricultura de subsistência, cultivando culturas como milho, mandioca, amendoim e feijão para atender às suas necessidades alimentares.
- **Pastoreio:** A criação de gado e outros animais era uma parte importante da economia, fornecendo carne, leite e outros produtos.
- **Comércio Local:** Trocas e comércio locais eram comuns, com os habitantes envolvidos em mercados locais e redes de troca de produtos.
- **Economia de Trocas:** O sistema económico muitas vezes funcionava em base em relações de trocas, onde bens e serviços eram trocados entre as comunidades (CORREIA, 2016).

Após a Penetração Colonial em 1917

ANTONIO (2020), com a penetração colonial, houve uma transformação significativa na economia do planalto de Mueda, devido as políticas e práticas coloniais:

- **Economia de Exportação:** A economia passou a ser dominada por culturas de exportação, como café, algodão e sisal, que eram cultivadas nas plantações para atender às demandas do mercado internacional.
- **Trabalho Forçado:** O recrutamento forçado de trabalhadores para as plantações e projectos de infraestrutura, muitas vezes sob condições adversas, tornou-se comum.

CAPITULO III: ESTRATÉGIAS E POLITICAS COLONIAIS UTILIZADAS PELOS PORTUGUESES NA PENETRAÇÃO DO PLANALTO DE MUEDA

2.5. Breve historial

Durante o período de 1917 a 1950, os colonizadores portugueses implementaram estratégias políticas, económicas e étnicas para consolidar seu domínio sobre o planalto de Mueda. Essas estratégias incluíram a introdução de novas formas de produção agrícola e a exploração dos recursos naturais da região (CHIPANDE, 2018)

Na sequência da ocupação, os portugueses estabeleceram um sistema para governar o território conquistado. No entanto, foi colocado um administrador português em Mueda que, por sua vez, criou o sistema de capitães-mores e cabos-de-terra para dinamizar o trabalho da administração. De igual, foram instituídos os régulos, onde se privilegiou pessoas que anteriormente haviam dirigido as famílias. A administração colonial portuguesa procurou, desde logo, apoiar-se na estrutura tradicional. Neste contexto, alguns chefes locais como por exemplo Vibombe e Nhaca, foram empossados como régulos ao serviço da administração. Esta estratégia visava legitimar a sua presença e facilitar o relacionamento com a população. Todavia, a convivência nunca foi pacífica, pois, o povo de Mueda sempre preservou a sua independência e liberdade (ANTONIO, 2010).

Por outro lado, a dominação portuguesa foi imposta através da obrigatoriedade de impostos, do trabalho forçado, da introdução de culturas de rendimento e da comercialização, da agricultura e exportação da força de trabalho. Com efeito, durante o período colonial, Mueda exportou diversos produtos agrícolas, como o milho, amendoim, feijão, gergelim e algodão. Contudo, a implantação do sistema colonial afectou de forma directa a população de Mueda. De facto, com o seu sistema altamente repressivo, assente no trabalho forçado, cultivo obrigatório de algodão, restrição da liberdade, dentre outras, a administração colonial portuguesa avivou o sentimento de revolta, pois, o povo nunca se formou com a subjugação (ANTONIO, 2010).

2.6. Estratégias económica

Entre 1917 a 1950, foram elaborados vários planos por diferentes sectores do Aparelho de Estado para defender os interesses do colonial-capitalismo. No entanto, houve planos para

reestruturar as concessões de sagal, e a produção de algodão para deslocar as populações para as terras baixas onde não haveria o problema do cultivo de arroz, amendoim e cajú para o desenvolvimento turístico e da caça (com boas condições em Negomano). Assim, o Planalto continuou a ser uma área marginal na economia colonial. Razão pela qual, tinha poucas empresas capitalistas; a plantação de Vieira e Baptista, em Namawa, empregava nos períodos de ponta (limpeza de cajueiros e apanha da castanha) cerca de 40 trabalhadores eventuais, todos indígenas da área (MARY, 2019).

Por outro lado, havia sobretudo o recrutamento para a plantação de sisal, propriedade de Vieira e Baptista, em Mpanga (Mepanga), Mocímboa da Praia, que todos os anos recebia trabalhadores recrutados com intervenção das autoridades do planalto. Além disso, em 1948 a Junta de Fomento de Algodão tinha estabelecido que os agricultores do algodão deviam receber um cartão que os excluía do recrutamento obrigatório e impedia que fossem para o trabalho braçal gratuito na altura das operações agrícolas fundamentais (YUSSUF, 1993).

Importa ressaltar que as políticas coloniais adoptadas durante esse período tiveram um impacto significativo na penetração colonial no planalto de Mueda. No entanto, os colonizadores buscaram demarcar terras e impor seu controle administrativo na região, muitas vezes deslocando as comunidades locais e restringindo suas práticas culturais e sistemas tradicionais de governança. Isso resultou em conflitos e tensões entre as comunidades africanas e os colonizadores.

CAHEN (2009), sublinha na sua tese, que as estratégias adoptadas na política colonial com vista a travar o movimento nacionalista nos finais da década de 50, consistiu na transferência dos macondes, particularmente de Mueda para outros lugares, nomeadamente: *a Ilha de Ibo, Matemue, Quissanga, Montepuez, Nampula Marromeu e a então Cidade de Lourenço Marques.*

O mote principal era evitar que estes cruzassem frequentemente a fronteira para Tanganyika e de lá, junto de seus consanguíneos, já que a etnia maconde predomina no sul de Tanganyika, bebessem o espírito independentista que estava em voga naquele território e com relativa facilidade e trouxessem e o aspergissem aos demais macondes nos planaltos de Mueda e de

Macomia, o que culminaria em transformação do planalto numa espécie de réplica de Tanganyika e berço de um movimento independentista moçambicano (CAHEN, 2009).

Além disso, os impostos eram pagos de várias maneiras, quer através de moedas, que pagos, recebia-se um contrato comparativo, quer através de trabalho forçado por seis meses nas plantações de sisal, algodão, cajual e copra, em locais como Mpanga, Lussoma, Sagal, Livagula ou Namau (cajual) e Nakatuli (sisal) de Vieira Baptista. Posteriormente, estes trabalhadores eram levados as plantações de sisal em Metuge e Nacheje ou ainda as plantações açucareiras do longínquo Marromeu e Luabo, nos então distritos de Manica, Sofala e Zambézia.

Estas plantações foram implementadas com base nas decisões macroeconómicas dos países europeus para fazer face a primeira crise económica mundial de 1929-1932, que impunha a intensificação da produção de matéria-prima agrícola em África, concretamente em Moçambique para abastecer as indústrias transformadoras e alimentares europeias.

Tinham sido instaladas fábricas em Pemba, Metuge, Quissanga, Ocuá em Chiúre, Montepuez e Mueda, com intuito de transformar o algodão em Mpanga, Mocímboa da Praia e Metuge, e para a transformação do Sisal (CHIPANDE, 2018).

- **Sistema de Plantação:** Introdução de plantações para cultivar produtos lucrativos, como café, algodão e outras colheitas para exportação.
- **Exploração de Recursos Naturais:** Exploração de recursos minerais e naturais presentes na região, estamos a falar do ouro, marfim, madeira e entre outros.

2.7. Estratégia Política

- **Estabelecimento de Postos Administrativos:** Criação de postos administrativos para exercer controlo político e administrativo sobre as comunidades locais (Nangade, Muidumbe, Diaka, Mpanga, Mocímboa do Rovuma, etc).
- **Imposição de Leis e Regulamentações:** Houve a introdução de leis e regulamentações coloniais para controlar a população e as actividades económicas.

- **Recrutamento de Trabalhadores:** Recrutamento forçado de trabalhadores para as plantações (o caso do cultivo de algodão, café, etc) e para projectos de infraestrutura, muitas vezes sob condições de trabalho desumanas.

2.8. Repressão e Controle Militar

- **Presença Militar:** Houve estabelecimento de bases militares para reprimir qualquer forma de resistência.
- **Repressão a Movimentos de Resistência:** Supressão violenta de qualquer forma de resistência, incluía prisões, execuções e punições severas (MARGOT, 1970).

2.9. Estratégias Étnicas

De salientar que os portugueses usaram também uma estratégia étnica em direção ao Planalto, onde utilizaram as medidas de contra guerrilha pelo exército passando por deslocar a população dispersa pelo mato e integrá-los em aldeias de mais fácil controlo, depois passando a ocupar militarmente zonas das antigas missões ou comércio, como o caso de Mueda (JÚNIOR, 2006).

Assim, os aldeamentos preferidos foram organizados em torno dos mais importantes postos administrativos de Mueda, Mocímboa do Rovuma (N'Gapa), Nangade e Nangololo. Outra medida contra guerrilha foi a de intensificarem a sua actividade militar e social contra a etnia Maconde.

Porém, o governo português por sua vez, põe em prática várias medidas no sentido de colmatar alguns erros político-administrativos do colonialismo. Dessas medidas administrativas, foram postas em prática três:

- *Fim da concessão de terra aos colonos brancos;*
- *Aumento de salários para os trabalhadores das plantações;*
- *Construção de sistema de fornecimento de água potável (NDADIBAULA, 2020).*

Ainda em relação a estratégia étnica, pode considerar que se tratava de uma afirmação colonialista clássica segundo a qual os grupos étnicos (as tribos, as raças indígenas) não saberiam viver em paz senão com a pesada mão europeia (Portuguesa). Encontra-se aqui o habitual paradigma de dividir para reinar, o colonizador aproveitando a ocasião para sublinhar as divisões étnicas.

Na verdade, a política portuguesa foi extremamente hesitante neste ponto: se estiveram, evidentemente, comportamentos coloniais propícios a encorajar a divisão dos colonizados nas empresas e plantações (*dormitórios separados segundo as origens étnicas*) e mesmo na administração, a desvalorização de um grupo implicava a valorização de outro, o que era muito perigoso (GUERREIRO, et al, 1958).

Várias organizações políticas surgiram nos países vizinhos, em processo de independência, compostas por emigrados moçambicanos e com o apoio de grupos políticos dos próprios países que os acolhiam. Michel Cahen indica que no território tanzaniano, já na segunda metade da década de 1950, surgiram vários clubes e associações maconde, voltadas para a ajuda mútua.

O grande número de emigrantes macondes moçambicanos, principalmente nas cidades de Dar Es Salaam e Tanga, começou a se organizar em associações mutualísticas, bastante marcadas, nos primeiros anos, por um carácter étnico. Eram compostas principalmente por macondes oriundos do planalto ou descendentes de emigrantes macondes moçambicanos fixados na Tanzânia. O autor indica que duas delas, especificamente, estiveram envolvidas nos acontecimentos que antecederam o Massacre de Mueda, ambas surgidas em 1957.

Para acabar com o domínio do capital estrangeiro não português, em Portugal adotou-se uma política de centralização em torno de Ministério das colónias, passando assim a interromper a política da autonomia que se verificava desde 1914. Uma dessas consequências permitiu com que a companhia de Niassa não renovasse a sua carta concessionária em 1929 e em 1942 foi a vez da companhia de Moçambique.

Portanto, quando terminou a concessão do território a Companhia do Niassa em 1929, a administração colonial portuguesa herdou esta estrutura e vários dirigentes e quadros da companhia tornaram-se funcionários do Estado. O Governo transformou os postos da companhia

em postos administrativos do Estado. Em Mueda foi nomeado um administrador que, por sua vez, criou um sistema de capitão-mor e cabos de terra, uma espécie de estrutura administrativa para controlo colonial da população. Além disso, foram criadas autoridades gentílicas (os régulos) como interface entre as autoridades administrativas coloniais e as populações (GUERREIRO et al, 1958).

Importa referir que a circunscrição dos Macondes constitui-se a 29 de outubro de 1929, com a passagem de todos os territórios administrados pela companhia para a administração directa do Estado colonial. Porém, os 22 200km estavam divididos em quatro postos, nomeadamente, sede-Mueda, Mocímboa do Rovuma, Nairoto e Negomano, com uma população total de cerca de 80 000 pessoas (segundo o censo de 1950) e uma densidade populacional que variava entre menos de um habitante por km em Negomano, a 10 no posto-sede, sendo ainda muito maior em algumas áreas do planalto (Muidumbe), onde atingia os 30 habitantes por km. Como explica Gentili no seu artigo que as circunscrições dos macondes foram divididas em 24 regedorias, das quais 12 se localizavam no posto-sede (ADAM, GENTILI, Pág. 44-5).

CAPITULO IV: FORMAS DE RESISTÊNCIA E REAÇÕES DAS COMUNIDADES LOCAIS A PRESENÇA COLONIAL NO PLANALTO DE MUEDA

A penetração colonial no planalto de Mueda, entre 1917 e 1950, foi um processo histórico complexo e multifacetado, que envolveu uma série de dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas. No entanto, a penetração colonial no planalto de Mueda não ocorreu sem resistência das comunidades locais (CHIPANDE, 2018).

Outrossim, as comunidades locais resistiram à presença colonial através de diversas formas de luta e resistência. Eles se organizaram em movimentos de resistência armada, como revoltas, rebeliões, protestos e petições, greves/boicotes, em expedições e também o massacre de Mueda em 1960, na qual as comunidades locais se uniram para reivindicar sua liberdade e direito e por sua vez marcou um ponto crucial na história da luta anticolonial em Moçambique.

A resistência contra a penetração colonial no planalto de Mueda, em Moçambique, entre 1917 e 1950, assumiu várias formas, refletindo a diversidade de estratégias empregadas pelas comunidades locais para preservar suas terras, culturas e identidades, nomeadamente:

2.10. Rebeliões e Conflitos Armados

- **Revolta de 1917-1918:** Como mencionado anteriormente, a Revolta dos Mopes, foi liderada por comunidades Maconde (Mpanga, Negomano, Namau, Nakatuli, etc) foi uma resistência armada contra o trabalho forçado e as más condições nas plantações (ANTONIO, 2010).

2.11. A expedição de 1917

Esta expedição compunha-se de 209 oficiais e 5068 soldados metropolitanos. Além disso, a fim de reforçar a expedição de 1916, foram igualmente enviados em 1917 mais 108 oficiais e 4401 soldados metropolitanos. Descantando os repatriados, havia ainda, talvez uns cinco a seis mil soldados metropolitanos em Mueda em 1917, acrescidos de alguns milhares de soldados africanos.

O porto de desembarque desse verdadeiro exército, ainda mais improvisado que as expedições anteriores, não foi Porto Amélia nem Palma (que estava sob ameaças demasiadas fortes), mas

sim, Mocímboa da Praia. Por outras palavras, foi necessário construir os aquartelamentos a partir do zero. A valsa do comando era prejudicial à firmeza da direcção, que fora novamente confiada até junho de 1917 ao tenente-coronel Moura Mendes e que passou para o governador Álvaro Xavier de Castro e o comando, a confiança entre os aliados e, principalmente, um servidor de saúde a altura das circunstâncias.

No entanto, para sair daquela mortífera praia, o governador-geral Álvaro Xavier de Castro tentou instalar a expedição em Chomba, no planalto maconde, a 143 Km de Mocímboa da Praia. Mas, para ligar esses dois postos, era preciso abrir uma pista através da região dos macondes. A causa desta sublevação foi, a cobrança do imposto. Mas os macondes revoltaram-se de novo (ANTONIO, 2010)

2.12. Resistência Espiritual e Religiosa

- **Práticas Religiosas e Espirituais:** Algumas comunidades, como Mpanga, Namau, Nakatuli e Lussonga resistiam através de práticas religiosas que fortaleciam sua resistência e coesão interna (CAHEN, 2009)

2.13. Sabotagem e Resistência Passiva

- **Sabotagem de Infraestruturas:** o povo maconde danificava estradas, pontes ou outras infraestruturas para dificultar o movimento das forças coloniais.
- **Resistência Passiva:** era uma forma de evitar colaboração com as autoridades coloniais de maneiras sutis e não violentas (ROSEIRO, 2013).

2.14. Resistência Pacífica

- **Greves e Boicotes**

Nos anos 50, houve uma outra forma de resistência, como greves e boicotes da produção em algumas plantações. Através desta luta, conseguiu-se por meio de varias frentes, negociar uma legislação sobre os salários mínimos e em geral, depois de 1948, os salários reais dos trabalhadores aumentaram consideravelmente. Também, foram organizadas as lutas sindicais, em particular nos sectores mais desenvolvidos dos portos e dos caminhos-de-ferro (ADAM, 1993).

Calcula-se que, na década 1917/1920, uma média de apenas 5 a 6 por cento das exportações iam para Portugal, enquanto 20 a 22 por cento iam para África do Sul. Em relação aos investimentos, havendo poucos excedentes de capitais em Portugal, os equipamentos essenciais para plantações, portos e caminhos-de-ferro tinham que ser feitos ou por companhias estrangeiras, ou através de empréstimos estrangeiros.

Resistiram para reestabelecer o controlo sobre comércio e trabalho que eles tinham exercido na fase pré imperialista antes de 1885, Isto foi a base da unanimidade dos chefes africanos do norte de Moçambique na sua oposição ao avanço colonial (ALBUQUERQUE, 1989).

2.15. Protesto e petições

- **Petições às autoridades:** Em alguns casos, comunidades como Mpanga, Nakatuli e Namau apresentavam petições as autoridades coloniais em uma tentativa de garantir seus direitos e proteger suas terras (CORREIA, 2016).

2.16. A resistência contra o trabalho forçado

Segundo SERRA (1986), o estado colonial a partir de 1930 em todo o planalto era como proprietário e vendedor exclusivo de mão-de-obra. É isto que explica a necessidade de coerção para forçar primeiro os homens e o crescente uso de coerção ao longo do tempo. Com isso quer dizer que, o estado colonial teve outra causa da persistência no planalto, como é o caso da imposição do trabalho forçado, tem a ver com a exigência feita a produtores de um modo de produção não capitalista para trabalharem no mundo do capital. A continuação da resistência activa contra a ocupação colonial, as fugas maciças, e a resistência contra o trabalho forçado expressam, no seu conjunto, a continuação do conflito entre essas duas camadas (SERRA, 1986)

A resistência histórica da população maconde se reflete não só na sua organização nas terras altas e nas enfrentamentos com as tropas portuguesas, mas também na experiência de deslocamento do Sul para a norte do Rovuma, especialmente na década de 1950, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. O fluxo da população maconde para a norte, portanto, dialoga com as estratégias adotadas pelos macondes de Moçambique com o propósito de escapar

da opressão de governo colonial português, como o trabalho forçado, o pagamento de altos impostos e as perseguições.

Assim, sob o ponto de vista desse grupo, o deslocamento espacial esteve diretamente associado a criação de associação de ajuda mútua, a formação de grupos políticos, ao desenvolvimento de ideias e planos para a libertação de domínio colonial, e a produção de esculturas (FRANCISCO,2021).

2.17. Protagonistas da Resistência das Autoridades de Repressão

No âmbito da ocupação do planalto, a região de Mueda foram criados cerca de 31 régulos. De facto os régulos eram apenas as autoridades tradicionais fiéis às ordens da administração portuguesa. Em qualquer caso, apesar da habilidade da reforma do sistema de organização indígena este novo modelo administrativo rapidamente se mostrou incapaz de fazer uma gestão legítima da sociedade Maconde (Yussuf, 1993). Além disso, os régulos, peças fundamentais deste modelo como (Cuinaca, Nhaca, Namije, Nacume, Chidado, Naugonda, Lidimui, Paminho, Vibombe, Nhanchanga, Cunamua e Malacomoda), não tinham legitimidade junto da população local. De facto foram forçados pela administração colonial portuguesa em função da sua fidelidade, sem ter em conta as dinâmicas sociais e económicas em curso na região de Mueda. Assim, sob uma base social frágil, estes régulos, não conseguiram ser uma boa ferramenta para uma boa penetração da administração colonial (YUSSUF, 2000).

A população sempre considerou os régulos e as outras autoridades que os portugueses chamavam de gentílicas, como empregados da Administração Colonial: o seu poder não tinha nada a ver com a tradição; eram os régulos que organizavam o recrutamento dos homens para os trabalhos forçados nas plantações de sisal, para o trabalho braçal não remunerado, para manter os 500 quilómetros de estradas e picadas; eram eles que fiscalizavam as culturas obrigatórias para assegurar que as determinações superiores fossem cumpridas; eram eles que acumulavam mulheres e bens a custa do trabalho gratuito a que os camponeses eram forçados; recebiam um salário do Governo Colonial que, em 1954, era de 350 escudos por trimestre e 240 mil por cada trabalhador fornecido as sisaleiras, bem como outras gratificações pelo cumprimento das ordens do Governo (ADAM; GENTILI. Pág.44-5).

Régulos vencidos

Nestas resistências houve alguns régulos vencidos, nomeadamente, Nanchechise, Ubulamala, Metubuina, Malupendo, Pananebane, Liugo, Pachalampa e Colinga. Importa referir que, nem todos os régulos macondes tinham sido vencidos ou presos, pois Neutel de Abreu observava, a 28 de setembro, que era preciso capturar os régulos Muanha e Manuda antes que eles fossem apresentar-se aos Alemães passando entre Nangade e Mocímboa do Rovuma.

2.20. Resistência económica e cultural

Outra forma de resistência foi sobre um cariz económico e cultural. No entanto, a política portuguesa do princípio do século XX, a situação económica era débil, o impacto era sentido em todas as classes sociais, mas a classe social baixa (operários e camponeses) é a que estava mais afectada, por isso as manifestações do protesto e como corolário, surge o Estado Novo (FERNANDO. 2021).

No que concerne a resistência cultural, fala-se da promoção da cultura do algodão, cuja autoridade portuguesa considerava de extrema importância, tanto que era estratégia face a Crise Económica Mundial que teve grande impacto na economia e na produção em Moçambique e que foi um problema sentido por todas as colónias, originando uma acentuada redução da produção de matérias-primas, consequentemente, baixa de preços para cerca de metade (DIAS, 1964)

No caso de Moçambique, a baixa de preços atingiu especialmente o amendoim, milho, copra, açúcar e sisal, enquanto os preços do cajú e algodão se mantiveram. Por isso, face a crise, os proprietários das plantações decidiram:

- Reduzir os custos, abandonando as actividades dispendiosas;
- Despedir trabalhadores;
- Encerrar fábricas menos rentáveis;
- Comprar certos produtos directamente aos camponeses a preços baixos, no lugar de produzi-los;

- Reduzir salários;
- Introduzir novos métodos de produção, como é o caso do uso de tração animal e do estrume.

Importa ainda referir que se por um lado, antes de 1926 a indústria têxtil portuguesa precisava 17 000 toneladas de algodão anualmente, enquanto Moçambique tinha capacidade para produzir de 800 toneladas. Foi a partir disso que em Novembro de 1926 Portugal decretou o cultivo de algodão por camponeses africanos (lei que vigorou até 1961 mas reforçada em 1946 pelo Decreto n° 35 844). Era obrigação dos camponeses de Moçambique produzirem algodão e havia concessão de terras para o efeito de seguida foram erguidas fábricas pelas companhias para o descaroçamento do algodão e respectivos armazéns (FERNANDO, 2021).

A produção cultural desse período refletiu uma tomada de consciência e o desejo de emancipação cultural e política dos povos colonizados. Em especial na literatura, começou a se delinear um sentimento nacionalista muito influenciado pelas correntes intelectuais de valorização do negro, que repercutia posturas e valores africanos iluminados pelo substrato filosófico do pan-africanismo, do Renascimento Negro e da negritude.

Essa produção cultural, muito embasada na experiência colonial, buscou uma valorização do negro e de sua cultura ao mesmo tempo em que englobava as diferentes identidades étnicas e reconhecia a importância e força das tradições locais. (OLIVEIRA, 2019).

CAPITULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.3. Conclusão

Em forma de conclusão, o ensaio apresenta um estudo sobre ‘‘ A Penetração Colonial no Planalto de Mueda, entre 1917 a 1950’’, explorando o seu contexto mais amplo da história colonial Portuguesa em Moçambique. O estudo abrange assuntos como factores da presença colonial no território maconde; formas de resistência e reações das comunidades locais à presença colonial; estratégias e políticas coloniais utilizadas pelos portugueses na penetração do planalto de Mueda.

É importante ressaltar que a região de Moçambique na altura era habitada predominantemente por povos Maconde que possuíam uma nova cultura própria e resistiram à dominação colonial. Durante as pesquisas pude compreender que a presença portuguesa na região teve início em 1917, quando foi criado o posto administrativo de Mueda, cujos maiores interesses dos colonizadores foi a exploração dos recursos naturais da região, como madeira, marfim, além de impor o trabalho forçado aos povos locais. No entanto, as comunidades locais africanas no Planalto de Mueda (como Mpanga, Namau, Nakatuli, etc) não foram passivas diante dessa penetração colonial. Houve uma resistência contínua por parte das comunidades locais, que se manifestou de várias formas. Surgiram movimentos de resistência organizados, liderados por figuras proeminentes que buscavam preservar a autonomia local e combater a exploração colonial. O levante de Mueda em 1960 é um exemplo notável desse movimento de resistência, no qual as comunidades locais se uniram para reivindicar sua liberdade e direitos. A imposição da cultura e língua coloniais, bem como a exploração dos recursos naturais, tiveram um impacto significativo na estrutura social e as relações de trabalho. A economia agrícola local foi afectada, com a introdução de práticas agrícolas voltadas para a exploração e a independência das comunidades locais em relação aos colonizadores, esses constituem consequências da penetração colonial no território maconde.

Referências Bibliográficas

Artigos

- ADAM, Yussuf et al. O movimento dos Liguilanilu no Planalto de Mueda. Moçambique. [s.ano]. Pág. 43-6
- ADAM, Yussuf, Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento. In: ARQUIVO. Cabo Delgado. n°14. Maputo: ARPAC, 2000. Pág. 102-9
- CORREIA, Milton. Notas documentais sobre o Cabo Delgado e Niassa no século XIX.[s.l.; s.ed...]. 2016. Pág. 121
- FEIJO, João. Assimetrias no Acesso Ao Estado. Um Terreno Fértil De Penetração Do Jihadismo Islâmico. 2020. Pág. 8-10
- ROSEIRO, Rodrigues, Henrique, Antônio. Símbolos e práticas culturais dos Makonde. Coimbra: UC, 2013. Pág.48-145

Dissertações

- OLIVEIRA, Mary Cíntia de. O Massacre de Mueda (1964) e a constituição das Narrativas Nacionais em Moçambique (1962-1986). Belo Horizonte, 2019. Pág. 1-169

Livros

- ANTONIO, Alexandre et al. Massacre de Mueda: Clímax da consciência Nacionalista. Maputo: ARPAC. 2010, pág. 12-15
- ANTONIO, Alexandre; OMAR, L. Laurentina. Cidade de Lichinga. Maputo: ARPAC, 2000. Pág. 20-5
- CHIPANDE, Joaquim, Alberto. Como Eu Vivo a Minha História, Moçambique. 2018, pág. 23-48

- CAHEN, Michel. A Luta Continua: A Dinâmica da Resistência em Moçambique. [s.l.;s.ed...], 2009. Pág. 30-7
- DIAS, Jorge; DIAS, Margot. Os Macondes de Moçambique: Cultura Material. Lisboa: Junta de investigações do ultramar, 1964. Pág. 30-8
- DIAS, Margot. O Fenómeno da Escultura Maconde Chamada Moderna. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1973. Pág. 100-10
- DIAS, Jorge. Os macondes de Moçambique: aspectos históricos e económicos. Volume I. Lisboa, 1964. Pág. 30-6
- DIAS, Jorge; DIAS, Margot. Os macondes de Moçambique: vida social e ritual. Volume III. Lisboa, 1970. Pág. 15-20
- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. História de Moçambique vol. I: Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto Dos Mercadores, 1ed, Maputo: UEM, 1990. Pág. 27-35
- HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE: Agressão Imperialista (1886-1930) 1ed. [s.ano]. Maputo: UEM. pág. 233, volume II
- LUIS, Albuquerque de. Portugal no Mundo: As primeiras penetrações portuguesas em Africa. Lisboa: ALFA, 1989. Pág. 281-2
- MEDEIROS, Eduardo, Conceição da. História de Cabo Delgado e do Niassa (C. 1836-1926). Maputo [s.ed...]. 1997, pág. 150, 161-2
- MARTINEZ, Francisco Lerma. O povo macua e a sua cultura. 2ed. Maputo: Paulinas, 2008. Pág. 1-4
- NDADIBAULA, Arlindo. A participação do povo do planalto dos macondes na Luta de Libertação Nacional, subsídios para a História política Moçambicana. Bahia: UFR, 2020. Pág. 1-15
- PIRES, António J. A Grande Guerra em Moçambique. Porto, 1924. Pág. 58-9

- SERRA, Carlos. Como a penetração transformou o modo de produção dos camponeses moçambicanos. 1ed. Maputo: UEM, 1986, vol-I. pág. 31-33
- SCHEFER, Raquel. Mueda, Memória e Massacre de Ruy Guerra, o projecto cinematográfico moçambicano e as formas culturais do planalto de Mueda. [s.l...]. 2015, pág. 28

Relatórios

- DIAS, Margot; GUERREIRO, Manuel Viegas. Missão de Estudos das Minorias Étnicas do ultramar português. Relatório da campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganyika e União Sul Africana). Lisboa: Centro de Estudos políticos e sociais da junta de investigações do ultramar, pág. 20-5
- DIAS, Jorge et al. Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português. Relatório da campanha de 1957 (Moçambique e Angola). Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1958. Pág. 50
- FRANCISCO, Fernando. Resistência à Dominação Colonial Português até ao início da Luta Armada em 1964: Uma visão Moçambicana. Revista portuguesa de Historia Militar-Dossier: início da Guerra de Africa 1961-1965. [Em linha]. Ano I, nº1 (2021) [consultado em...], <https://doi.org/10.56092/NVHQ2644> pág. 153-6